



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0278904-0**

**COMARCA: VARA ÚNICA DE IBIRAJUBA**

**APELANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A**

**APELADO: SEVERINO RAMOS DE FREITAS**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA – APLICAÇÃO DOS JUROS MORATÓRIOS – ART. 406 DO CC – ART. 161, §1º, DO CTN - APELO - DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0278904-0**, em que figuram como Apelante **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A** e como Apelada **SEVERINO RAMOS DE FREITAS**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: ***"Por unanimidade, deu-se provimento ao apelo, nos termos do voto da turma"***. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 22 de março de 2013.

**Des. José Carlos Patriota Malta**

Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

56

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0278904-0**

**APELANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

**APELADO: SEVERINO RAMOS DE FREITAS**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**RELATÓRIO**

**Ação:** Cuida-se de Ação ordinária de Cobrança.

**Sentença Recorrida:** A Decisão de fl. 28/28v, julgou procedente o pedido formulado na inicial, extinguindo o feito com resolução meritória, com fundamento nos artigos 319 e 269, I, do Código de Processo para condenar a parte ré/apelante a efetuar o pagamento do valor de R\$ 44.201,49 (quarenta e quatro mil duzentos e quarenta e um reais e quarenta e nove centavos), referente ao valor atualizado do débito, conforme extrato analítico acostado. Tal quantia deve ser corrigida monetariamente e sofrer ainda a incidência de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês a partir da data de citação, em conformidade com o que dispõe o artigo 405, do Código Civil Brasileiro. Custas e honorários pelo réu, que fixou no valor correspondente a 10% (dez por cento) do total da condenação.

**Objeto:** Apelação com pedido de reforma da sentença (fl. 36/44).

**Razões Recursais:** O inconformismo repousa apenas na fixação da taxa de juros moratórios, a partir da citação, devendo ser de 1% (um por cento) ao mês, na forma dos arts. 405 e 406 do CC.

**Contra-razões:** Ausentes.

**É o que importa relatar.**

**À Doute Revisão.**

Recife, 16 de agosto de 2012.

Des. José Carlos Patriota Malta  
Relator



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0278904-0**

**APELANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

**APELADO: SEVERINO RAMOS DE FREITAS**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO DO RELATOR**

Da análise das razões apresentadas, verifico ser justificado o inconformismo do recorrente.

Quanto à aplicação dos juros moratórios, dispõe o art. 406 do Código Civil: "*Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional*", que é aquela prevista no artigo 161, § 1º, do CTN, que é de 1% ao mês.

Assim, a partir da vigência do novo Código Civil incide juros de mora a 1% (um por cento), como já pacificado pela a iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

**"INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - EMPRESA DE TRANSPORTES URBANOS - ACIDENTE SOFRIDO POR PASSAGEIRO DE ÔNIBUS - EXECUÇÃO DA SENTENÇA - PRETENSA AFRONTA AO ART. 535 DO CPC - QUESTIONAMENTO ACERCA DA NÃO DISTINÇÃO ENTRE O DANO MORAL E MATERIAL - QUANTUM FIXADO PELO JUÍZO APÓS PLANILHA DE CÁLCULO ELABORADO PELA CONTABILIDADE - JUROS DE MORA - PRETENDIDA FIXAÇÃO EM 0,5% AO MÊS, TENDO EM VISTA O EVENTO TER OCORRIDO SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 - ALEGADA AUSÊNCIA DE DEDUÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO NO MONTANTE FIXADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO PARCIALMENTE E, NO PONTO, PROVIDO. - Não prospera a alegada afronta ao art. 535 do CPC, pois a prestação jurisdicional, no particular, foi dada em sua plenitude; não há confundir eventual deficiência na prestação jurisdicional, com o fato simples de advir decisão contrária à pretensão da parte insatisfeita. - Reexaminar a matéria acerca da correção monetária, bem como dos juros, nos termos em que foi dirimida pela Corte de origem, significaria repisar no conjunto fático probatório, colhido na instância ordinária. Incidência da Súmula nº 7/STJ. - Consoante prevalece na Seção de Direito**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

*Privado, os juros de mora são devidos a partir da citação, observada a taxa de 0,5% ao mês (art. 1.062 do Código Civil de 1916), até o dia 10.1.2003; a partir de 11.1.2003, marco inicial da vigência do novo Código Civil, será aplicada a taxa de 1%, nos termos do artigo 406 desse último. - Na parte relativa à dedução do valor do seguro obrigatório do montante da indenização a que foi condenada a empresa, a pretensão recursal merece ser conhecida. De fato, conforme orientação adotada na Seção de Direito Privado, sedimentada na Súmula nº 246, "o valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada" (REsp 841321/DF, Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, T4 - QUARTA TURMA, julgado em 07/12/2006, publicado no DJ 05.02.2007 p. 256).*

Considerando que o índice referido no dispositivo acima transcrito se refere ao art. 161, § 1º do Código Tributário Nacional, de ser aplicado o índice de 1% (um por cento) ao mês a partir da vigência do Código Civil.

Nesse sentido aponta o enunciado nº 20 aprovado na "I JORNADA DE DIREITO CIVIL" do Conselho da Justiça Federal, a saber:

*ENUNCIADO 20 - Art. 406: "a taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 é a do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, ou seja, um por cento ao mês".*

Depreende-se, assim, que os juros de mora aplicáveis, a partir da vigência do novo Código Civil, é de 1% (um por cento) ao mês e não 0,5% (meio por cento) ao mês.

**Assim, por conta dessa soma de razões, VOTO PARA DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, para determinar a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação.**

**É COMO VOTO.**

*Des. José Carlos Patriota Malta*  
*19/03/2013*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

---

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0278904-0

APELANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

APELADO: SEVERINO RAMOS DE FREITAS

RELATOR: Des. José Carlos Patriota Malta

REVISOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

**VOTO - REVISÃO**

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos a minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

É meu voto.

Recife, 19 de março de 2013

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Revisor